UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Contabilidade e Atuária

Projeto da Disciplina EAC 506 - Trabalho de Conclusão do Curso I

Ciências Contábeis (1º semestre de 2006)

O uso de técnicas de dramatização no Ensino da Contabilidade e da Autogestão para grupos de Economia Solidária.

Aluno: Douglas Tavares Borges Leal **n. º USP:** 4915112
Orientadora: Profa. Dra. Silvia Pereira de Castro Casa Nova

São Paulo

2006

O uso de técnicas de dramatização no Ensino da Contabilidade e da Autogestão para grupos de Economia Solidária.

1 - Introdução

1.1 - Contextualização

As diversas crises econômicas e políticas pelas quais o Brasil passou nas últimas décadas fizeram com que problemas sociais como má distribuição de renda, falta de qualidade da educação e desemprego se agravassem, atingindo principalmente aqueles que estão à margem do sistema econômico vigente. Com o intuito de contribuir para reverter esta situação, o movimento social chamado ***Economia Solidária*** **(ES)**, composto por organizações populares, instituições e incubadoras universitárias, atualmente é amparado por algumas políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal. A proposta da ES é promover soluções alternativas para a geração de trabalho e renda para pessoas que estão desempregadas e não conseguem um espaço no mercado de trabalho (SINGER, 2002). Sendo assim, as incubadoras atuam com estes sujeitos no sentido de contribuir para a constituição de empreendimentos solidários, ou seja, organizações de trabalho administradas pelos próprios trabalhadores (modelo chamado de **autogestão**).

Para que possam gerir seu próprio negócio, na maior parte das vezes constituído juridicamente como uma cooperativa, estes indivíduos precisam aprender técnicas de gestão e condução do empreendimento. Para isso, as ***Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*** **(ITCP)** dão cursos de formação em economia solidária e autogestão a estes grupos, além de acompanhá-los por um certo tempo (daí o nome incubadora). Ademais, é imprescindível que, além das formações pedagógicas em autogestão, as ITCP`s contribuam com a formação dos grupos em Contabilidade, a qual será a base para a condução dos negócios. Nesse contexto da ES, é preciso considerar o uso de técnicas pedagógicas para o ensino da Contabilidade e Autogestão, que sejam apropriadas às necessidades destes grupos, no âmbito da educação popular (não formal).

Observa-se nos recentes estudos da Educação da Contabilidade para o ensino superior que os métodos tradicionais de ensino, nos quais o educando tem um papel passivo, estão dando espaço para outros que proporcionam aos alunos o desenvolvimento de competências e posturas inovadoras (PELEIAS, 2006). Essas

competências, estimuladas pelo ensino, relacionadas à criatividade, improvisação, flexibilidade e percepção subjetiva (RUAS, 2004), contribuem na formação humana dos educandos, agentes políticos da nossa sociedade.

A técnica de ensino do ***Role-Playing*** **(RP)**, ou o jogo de papéis, pode ser encarada como um exercício didático de alteridade social. Ao se colocarem no papel do outro, os educandos brincam com suas habilidades para que possam refletir coletivamente sobre as situações envolvidas na "brincadeira". O método do RP, muito utilizado em cursos superiores das áreas de Administração e Contabilidade nos Estados Unidos (HASKINS e CRUM, 1985; CRUMBLEY, SMITH e SMITH, 1998; TROTMAN, WRIGHT e WRIGHT, 2005), na Austrália e Canadá (CRAIG e AMERNIC, 1994), ainda não é muito conhecido no Brasil. Apesar de muitas das grandes empresas multinacionais terem aderido ao RP na capacitação de seus funcionários, e até mesmo em seus processos de seleção de pessoas, este método ainda não é muito difundido nos países latinos. Além disso, são poucos os trabalhos científicos das áreas da Gestão que o abordam dignamente (CARVALHO e CARVALHO, 2004).

Além do RP, outros métodos dramáticos vêm sendo aplicados em intervenções sócio-educativas. A proposta do ***Teatro do Oprimido*** **(TO)**, muito difundida e reconhecida na maior parte dos países da América Latina, América do Norte e da Europa (CARVALHO e CARVALHO, 2004), é de origem brasileira e deve tributo ao seu criador, Augusto Boal, um dos mais importantes representantes mundiais das Artes Cênicas do último século, que, aos 75 anos de idade, continua envolvido com o teatro político no CTO (Centro Teatro do Oprimido), no Rio de Janeiro. O conjunto de técnicas relacionadas ao TO constituem ferramentas político-pedagógicas de intervenção que possibilitam a compreensão das relações de opressão vividas pelos sujeitos em sociedade. Por meio da proposição de conflitos, e da demarcação dos personagens envolvidos, os indivíduos que "brincam" de TO participam de um jogo teatral de criação e debate de cenas. Dessa forma, o diálogo cênico dos conflitos sociais (representados pela imagem, pelo som e pela palavra), estimula os sujeitos a ousarem solucionar as opressões embutidas nas questões em debate (BOAL, 2005).

Portanto, neste estudo procura-se, por um lado, compreender aspectos relacionados à aprendizagem da contabilidade por atuantes da ES e, por outro lado, perceber o grau em que as técnicas de dramatização aqui sugeridas favorecem a intervenção pedagógica nesse movimento.

1.2 – Objetivo

O objetivo principal deste trabalho é verificar empiricamente quais as contribuições que o uso de técnicas dramáticas (RP e TO) pode proporcionar no âmbito do ensino da Contabilidade e Autogestão para pessoas envolvidas no chamado movimento de Economia Solidária.

Paralelamente ao objetivo principal, pretende-se também verificar:

- Como se evidencia na educação não formal (em movimentos sociais) a relação existente entre o domínio das Ciências Contábeis e Econômicas;
- Como os integrantes do movimento de Economia Solidária, submetidos à técnica do *role-playing,* adquirem conhecimento sobre Contabilidade;
- Como as reflexões sobre opressão do Teatro do Oprimido contribuem para a solução de conflitos relacionados à Autogestão e à Contabilidade; e
- Como o RP e o TO podem facilitar a aprendizagem da Contabilidade por não-contadores.

Para consecução do projeto, será feito um estudo empírico de intervenção com formadores de Economia Solidária que atuam na ITCP-USP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo). A dinâmica se desenvolverá por meio de uma oficina dramática com os formadores da ITCP-USP, tendo como objetivo lhes proporcionar uma reflexão acerca dos papéis e posturas que estes assumem nas diversas situações do dia-a-dia, quando do acompanhamento e formação de empreendimentos solidários.

Por meio do método do RP, essa oficina proporcionará subsídios para que se avalie a efetividade de técnicas de ensino nas quais os sujeitos têm um papel ativo. Os princípios e exercícios providos do TO de Boal favorecerão a execução da intervenção no grupo ao fortalecer a caracterização dos papéis (oprimido e opressor) e ao considerar as relações sociais num contexto mais amplo, de poder.

1.3 - Metodologia

A pesquisa será desenvolvida com base em dois mecanismos metodológicos básicos:

- **Pesquisa bibliográfica:** revisão de documentos impressos pertinentes às áreas que se relacionam com o objeto deste estudo; e
- **Observação Participante:** Observação direta intensiva de fenômenos e pessoas que configuram a representação prática do tema-objeto da pesquisa.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), o método da observação participante consiste no envolvimento do pesquisador com o grupo estudado, quer seja porque pertence à comunidade e participa de suas atividades normais, ou porque se integrou a ela para obter informações. Por meio da observação participante e do estudo bibliográfico, buscar-se-á perceber quais as contribuições do uso de técnicas dramáticas de ensino na formação em Contabilidade e Autogestão.

A intervenção proposta pode ser assim caracterizada:

- **Objetivos da oficina:** (i) propiciar uma oportunidade de vivência prática dos conceitos de RP e TO; (ii) verificar a validade do uso conjunto desses métodos no escopo da Contabilidade e Autogestão aplicadas à Economia Solidária; (iii) verificar a efetividade destes métodos no que diz respeito aos aspectos comportamentais e de mudança de postura; (iv) verificar os possíveis ganhos de aprendizagem proporcionados pela intervenção e (v) avaliar o grau de compatibilidade do uso das duas técnicas dramáticas (RP e TO).
- **Público-alvo:** formadores da ITCP-USP, que são estudantes universitários bolsistas provenientes de diversos cursos (Economia, Psicologia, Ciências Sociais, Biologia, etc.). Por acompanharem empreendimentos autogestionários (informais, em vias de formalização legal, e formais, constituídos como cooperativas), os formadores da ITCP-USP podem exercer o papel de agentes multiplicadores das novas habilidades e reflexões desenvolvidas pela oficina aos grupos incubados.
- **Duração da oficina:** a intervenção terá a duração de 4 horas (sendo que haverá um intervalo de aproximadamente 20 minutos) e será realizada em uma sexta-feira, no período da tarde, horário em que os formadores já se encontram para reuniões de formação e conselho de gestão da Incubadora.

- **Roteiro da intervenção:**

A) Apresentação dos objetivos da oficina e justificativa de sua realização (10 min);

B) Jogos de aquecimento, integração e apropriação do espaço (30 min);

C) Exercícios dramáticos introdutórios e reflexões coletivas pós-exercícios (1h);

D) Elaboração (em sub-grupos) de cenas que evidenciem situações de conflito que estejam devidamente de acordo com a orientação do condutor (20 min);

E) Intervalo (20 min);

F) Apresentação dos sub-grupos e exercício de solução de conflitos por meio da *troca de papéis* (as pessoas que assistiram propõem um desenrolar diferente para a cena de outros sub-grupos) – (1h 30 min); e

G) Avaliação da oficina – (10 min).

2 - Referencial Teórico

2.1 - Técnicas de Ensino da Contabilidade

Dentre todas as técnicas de ensino utilizadas em todos os níveis da educação formal, a mais difundida é o método da Aula Expositiva (NÉRICI, 1989; RONCA, 1988). De acordo com Marion (2001) e Favarin (1994), também na Educação da Contabilidade em nível superior, o método expositivo ganha de todos os outros. A exposição (ou preleção), pode ser caracterizada como uma técnica didática na qual um professor apresenta uma série de conceitos sobre determinado campo do conhecimento usando para isso sua voz e imagem física, apoiadas ou não por recursos como projetores, diapositivos, etc.

Geralmente a maior justificativa dos professores para o uso deste método é a economia e praticidade que proporciona. Por outro lado, a maior crítica que se faz é o papel passivo que o aluno assume no processo ensino-aprendizagem (MARION, 2001; KRASILCHIK, 1996).

De acordo com Ronca (1988) a exposição de conteúdos por uma preleção é apresentado ao aprendiz na sua forma final e a tarefa da aprendizagem não envolve nenhuma descoberta independente por parte do estudante. A objeção aos métodos

tradicionais de ensino também é apontada por Marion (2001) ao dizer que estes constituem-se em obstáculos para que os estudantes se tornem ‘pensadores críticos’, já que recebem tudo ‘mastigado’. Os estudantes, de maneira geral, são desestimulados a analisar criticamente os assuntos pertinentes ao programa de ensino e sua atenção à aula fica extremamente prejudicada quando exposto ao método expositivo (KRASILCHIK, 1996).

A concepção de educação apoiada por este método está associada a uma hierarquia de papéis que determina uma *relação de opressão* entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (FREIRE, 2001), muitas vezes não percebida ou esquecida. O *aluno,* de um lado, recebe o despejo de informações, sem precisar analisá-las e julgá-las, já que isso compete a quem “sabe mais”. O professor, por sua vez, assume um papel de detentor do saber que, por ter sido disciplinado, precisa transmitir aos alunos o conteúdo de forma acabada e definitiva: é o centro do processo educativo. Para os professores, serem contestados é como se fosse tirá-los de uma posição confortável (KRASILCHIK, 1996). Aos alunos não cabe a escolha, o discernimento do processo. O aluno é objeto de decisões e não o sujeito do seu próprio processo de ensino-aprendizagem.

Métodos que possibilitem a autonomia do estudante perante o conhecimento e, conseqüentemente à vida social e política, são bem-vindos à educação (FREIRE, 2001). Segundo Nérici (1989) deve ser objetivo de qualquer método ou técnica didática tornar o educando independente do educador, de modo que ele possa orientar a si mesmo em estudos futuros e na sua participação na sociedade.

Para que haja a formação crítica dos estudantes, é fundamental que haja uma comunicação dialética entre educador-educando (FREIRE, 2001). De acordo com este autor, se não há diálogo, ou seja, se entre duas partes uma prepondera, não há uma comunicação verdadeira; a educação, por sua vez, não existe na ausência de comunicação.

Poucas são, além da Aula Expositiva, as técnicas utilizadas no ensino da contabilidade. Entretanto, métodos que promovam a interação em grupos e a descoberta pelos estudantes como, por exemplo, os Jogos de Empresas e os Projetos de Pesquisa ajudam a afastar os alunos da artificialidade da educação tradicional (PELEIAS, 2006). O envolvimento ativo dos educandos com o mundo real, por meio de Simulações, é também apontado por Marion (2001).

2.2 - Role-Playing (RP) e a proposta didática de vivência de papéis

O método do Role-Playing, concebido inicialmente pelo psicólogo social Jacob Levy Moreno no início do século XX, é uma variante do psicodrama que pode ser usado para fins terapêuticos e/ou educativos. No âmbito da educação, o RP traz à tona questões construídas nas relações pessoais e valoriza a dinâmica dos grupos ao valorizar o jogo e privilegiar o lúdico (CARVALHO e CARVALHO, 2004).

Uma intervenção pedagógica que faz uso do RP é realizada por meio da vivência pelos estudantes de papéis associados a determinado conflito que se queira trabalhar. Os estudos que tratam do desenvolvimento do método Role-Playing (KRASILCHIK, 1996; NÉRICI, 1989; SWINK, 1993) sugerem o desenrolar da intervenção em basicamente três etapas:

- **Preparo:** os estudantes devem se preocupar antes de tudo em entender bem o conflito, as personagens envolvidas, o momento histórico e o cenário que será representado. Depois que os personagens forem distribuídos, os alunos devem estudar os argumentos de defesa dos papéis a eles incumbidos, mesmo que as opiniões destes sejam diferentes do estudante-ator.
- **Representação:** nesta etapa, os alunos desempenharão os seus papéis, por meio de uma mediação que permita o debate de idéias de cada um dos personagens (representados por um estudante ou um grupo de estudantes). Uma estratégia interessante é a mudança de papéis. O mediador pode pedir na primeira fase que os estudantes se preparem para desempenhar um papel, mas na hora da representação, mude os personagens. Essa troca contribui para que se percebam mais improvisos pelos atores, mas só será possível se estes tiverem estudado também os outros personagens que não lhe foram incumbidos inicialmente.
- **Discussão / Avaliação:** em determinado momento da representação, o mediador pode permitir que os estudantes-atores deixem de lado os papéis que lhe foram atribuídos na segunda etapa e coloquem suas opiniões pessoais sobre os conflitos. Por fim, os atores falarão sobre o que sentiram ao desempenhar os papéis, se eles eram muito diferentes de seus valores pessoais, quais as dificuldades enfrentadas e se houve alguma mudança de percepção do conflito.

Para Crumbley, Smith e Smith (1998), existem três objetivos principais para o uso do role-playing:

1. Capacita os estudantes a praticarem as suas habilidades interpessoais e de trabalho em grupo;
2. Ajuda os estudantes a melhorarem suas habilidades de comunicação oral e escrita; e
3. Propicia um processo de aprendizagem prazeroso.

Segundo Carvalho e Carvalho (2004), o RP espontâneo tem como objetivos:

1. Ajudar o participante a obter uma visão sobre seu próprio comportamento;
2. Ajudar o participante a obter uma visão sobre comportamento dos outros;
3. Modificar atitudes com relação a trabalho, família e à vida social;
4. Ajudar o participante a desenvolver novas formas de tratar situações-problema; e
5. Gerar informação diagnóstica sobre a abordagem dos participantes em situações-problema típicas.

RUAS (2004) apresenta três argumentos principais para uso de métodos que envolvam práticas teatrais para o ensino da Administração:

1. Desenvolvimento de *competências voláteis*: componente importante na formação em área de gestão (subjetividade, improvisação, adaptação, sensibilidade, criação, insights);
2. O uso exclusivo de métodos racionais no ensino pode inibir o desenvolvimento das competências voláteis; e
3. Experiências de aprendizagem associadas a práticas teatrais (vivência, experiência, emoção) favorecem o desenvolvimento de *competências voláteis* por atuarem não no nível do conhecimento apenas, mas principalmente na ação dos indivíduos.

Alguns trabalhos tratam da aplicação do RP no ensino superior de Contabilidade em países desenvolvidos. De acordo com Hayes e Reynolds (2005), o uso do método do role-playing apresenta uma série de vantagens no treinamento de estudantes que nunca tiveram uma experiência prática com negócios. Além de motivar o interesse

dos educandos ao envolvê-los em atividades que desempenharão futuramente, este método proporciona um rápido *feedback* das decisões tomadas. Assim, o retorno imediato das ações na simulação permite que os estudantes avaliem suas decisões e desdobramentos, sem que estas ações tenham impacto no mundo real. A simulação é, então, uma forma de aprendizado que funciona como um laboratório, onde as interações e os conflitos do mundo real são antecipados àqueles que irão atuar no mundo dos negócios futuramente.

Os estudantes de contabilidade submetidos ao *role-playing* ao adotarem papéis e os desempenharem de acordo com a realidade tornam-se mais sensíveis a outras perspectivas, são forçados a responder aos dilemas éticos relacionados à gestão e aprendem a considerar melhor seus pontos fortes e fracos, além de suas opiniões (CRAIG e AMERNIC, 1994). Os mesmos autores defendem que a resolução em si dos conflitos entre os indivíduos e representantes da sociedade e das organizações é algo secundário e que todos deveriam ser considerados vencedores do jogo.

HASKINS e CRUM (1985) descrevem uma aplicação simples de RP (baseada em um caso real) numa turma de Contabilidade de Custos. A proposta do exercício foi perceber quais e como seriam escolhidos os quatro critérios de alocação de custos (todos eles apresentavam problemas conceituais). Durante o desenrolar da simulação, os estudantes foram estimulados a escolher determinado critério em detrimento dos outros e a defendê-lo. Isso demonstrou em primeiro lugar a tendência de escolha dos critérios com base em interesses individuais (já que cada grupo defendeu um gerente que era beneficiado por determinado critério) e, por outro lado o alto grau de aderência dos estudantes aos critérios com base em argumentos com problemas conceituais.

Uma intervenção feita com 45 gerentes da área de auditoria, descrita por Trotman, Wright e Wright (2005) teve a intenção de comparar três métodos: o RP e outros dois métodos chamados pelos autores de *intervenção passiva* e *intervenção prática.* A aplicação se deu por meio de um caso que envolvia questões de negociação que, segundo os autores, é um atributo inerente ao processo de auditoria. O estudo mostra que os resultados das negociações obtidos pelas pessoas submetidas ao RP foram melhores do que aqueles obtidos pelos outros dois métodos.

Além de sua aplicação em sala de aula, o RP também tem sido usado em processos seletivos e em treinamento de pessoal. Swink (1993) defende que os gerentes

podem saber perfeitamente as teorias da administração de conflitos, porém muitas vezes lhes faltam uma prática em situações de conflito (principalmente se são *treinees*). De acordo com o autor, os gerentes precisam saber lidar com clientes nervosos, resolver disputas quando o clima está tenso e as emoções estão à flor da pele, se relacionar com pessoas com temperamento difícil e até mesmo lidar com o ego das pessoas quando for preciso. Não há teoria que faça com que o gerente desenvolva estas habilidades sem que haja uma vivência de conflitos. Esta experiência possibilita não só um melhor preparo do gerente para lidar com pessoas "temperamentais", mas também o reconhecimento pelos gerentes dos próprios limites e características comportamentais.

Segundo Carvalho e Faria (2004), o mundo corporativo é caracterizado atualmente pela superficialidade nas relações pessoais, o que estimula a dissimulação e a ocultação de sentimentos. No grande espetáculo teatral, no qual as organizações desempenham uma inexorável performance rumo ao sucesso, cada um tem seu devido papel, que nada mais seria do que uma *máscara*. Infelizmente, continuam os autores, muitas vezes métodos de intervenção dramática como o RP são utilizados nas organizações para sustentar o desempenho destes papéis. Isso acontece na medida métodos dramáticos são usados nos testes de seleção de pessoal para verificar habilidades de representação e adequação ao grande cenário espetacular.

2.3 – O Teatro do Oprimido (TO) de Augusto Boal e as relações oprimido-opressor

Augusto Boal, importante figura das Artes Cênicas do Brasil (e do mundo), é o responsável pela proposição de diversas técnicas dramáticas que marcaram o teatro político nas últimas cinco décadas. Natural do Rio de Janeiro (1931), Boal estudou na School of Dramatics Arts da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, onde foi aluno do dramaturgo John Gassner. Em 1956, já de volta ao Brasil, Boal dirige o Teatro de Arena de São Paulo; mas entre 1971 e 1986, ficou exilado do Brasil por causa da ditadura militar. Nos países pelos quais morou nesse período (Argentina, Portugal, França e Inglaterra), Boal desenvolveu diversas experiências teatrais pelas quais obteve reconhecimento do público, da crítica e dos estudiosos do meio teatral. De volta ao Brasil em 1986, fundou o CTO (Centro Teatro do Oprimido) no Rio de Janeiro, atuou em diversos presídios do país e ainda foi

vereador da cidade do Rio de Janeiro em 1992. Devido a grande contribuição de suas técnicas teatrais para a compreensão dos problemas em comunidade e a busca de soluções, em 2003 o prefeito da cidade de New York (EUA) proclamou o que o dia 27 de maio passaria a ser o Dia do Teatro do Oprimido.

Inspirado no movimento político pelo qual o Brasil passava nos anos 60 e 80, e também em expoentes do teatro político como Bertolt Brecht, Boal desenvolve um empreendimento político-cultural que se vale de técnicas teatrais para favorecer a compreensão e busca de alternativas para problemas pessoais e comunitários (CARVALHO e CARVALHO, 2004).

De acordo com Teixeira (2005), nem sempre os canais formais de participação social são suficientes para detectar as demandas da população, sendo então necessária a busca pela participação popular por meio de novas linguagens. As técnicas teatrais criadas por Augusto Boal atuam no sentido de aproximar as pessoas da política e a política das pessoas. As mais importantes técnicas de Boal são as seguintes (BOAL, 1996; BOAL, 2005; TEIXEIRA, 2005):

- **Teatro Imagem:** é um conjunto de técnicas que transformam questões, problemas e sentimentos em imagens concretas. Busca-se a compreensão dos fatos através da linguagem das imagens. O uso da palavra é dispensado para que se possam desenvolver outras formas de percepção através do corpo, fisionomias, objetos, distâncias e cores.
- **Teatro Jornal:** doze técnicas de transformação de textos jornalísticos em cenas teatrais. Consiste na combinação de imagens e palavras revelando, naquelas, significados que, nestas, se ocultam. Mostra que um jornal, por exemplo, usa técnicas de ficção como diagramação, tamanho das manchetes, colocação de cada notícia dentro das páginas, etc.
- **Teatro Fórum:** nesta modalidade, os espectadores são convidados a entrar em cena e, atuando teatralmente com o corpo e com a palavra, revelam seus pensamentos, desejos e estratégias que podem sugerir, ao grupo ao qual pertencem, um leque de alternativas possíveis, inventadas por eles próprios. Sendo assim, o teatro é visto como um ensaio para a ação na vida real.
- **Arco-íris do desejo:** conjunto de técnicas introspectivas que permitem a teatralização de opressões introjetadas. O objetivo dessas técnicas é mostrar

que as opressões internalizadas tiveram origem e guardam íntima relação com a vida social. As intervenções realizadas pelo Arco-íris do desejo no âmbito subjetivo de cada um são desenvolvidas buscando-se sempre uma ressonância no grupo das questões individuais.

- **Teatro Legislativo:** experiência sócio-política que visa a produção de propostas legislativas e/ou jurídicas, a partir da intervenção do público em espetáculos de Teatro Fórum. A partir de problemas cotidianos da população, é feito um levantamento de informações para a elaboração de leis. Os grupos populares montam peças de Teatro Fórum e as apresentam em diversos públicos. As intervenções feitas pela platéia são anotadas em relatórios. As análises destes relatórios são a base para a formulação de novas leis.
- **Teatro Invisível:** técnica pela qual atores representam cenas conflituosas da vida cotidiana em lugares como na rua, na praça, na feira, no supermercado, na fila do ônibus, na fila do cinema, etc. sem que as pessoas que estão normalmente nesses ambientes saibam que o que está acontecendo é teatro. Neste caso, as intervenções dos espectadores são consideradas mais espontâneas na medida em que suas reações e opiniões sobre a discussão provocada pela encenação não são condicionadas à ficção teatral.
- **Ações Diretas:** consistem em teatralizar manifestações de protesto, marchas de camponeses, procissões laicas, desfiles, concentrações operárias ou de outros grupos organizados, comícios de rua, etc., usando-se todos os elementos teatrais convenientes, como máscaras, canções, danças, coreografia, etc.

A proposta mais conhecida de Boal é o Teatro do Oprimido. O TO procura, através da prática de jogos, exercícios e técnicas teatrais, estimular a discussão e a problematização de questões do cotidiano, com o objetivo de oferecer uma maior reflexão das relações de poder, por meio da exploração de histórias entre **opressores** e **oprimidos** (TEIXEIRA, 2005).

O TO se inspira em todas as outras técnicas descritas anteriormente. Numa intervenção de TO, os textos são construídos coletivamente a partir das histórias de vida dos atores e do público: cria-se uma dramaturgia que emerge de experiências e problemas típicos da coletividade, como a discriminação, o preconceito, o trabalho,

etc. Nas encenações teatrais, são permitidas a ridicularização do poder, a inversão da hierarquia, a violação do decoro e a ruptura com as normas impostas pelo dominador (CARVALHO e CARVALHO, 2005).

Boal (2005) entende que os papéis dos oprimidos e opressores não devem ser tão ingenuamente compreendidos como os bons e os maus, respectivamente. Na verdade as relações de opressão se mostram muito complexas tanto no subjetivo do homem quanto no que diz respeito ao ambiente social. Muitas vezes um sujeito oprimido numa situação pode ser opressor em outra e vice-versa. A proposta do TO não é simplesmente taxar os opressores e lutar contra eles, mas sim prover um espaço de debate com seres humanos que vivem situações de opressão todos os dias para que estes possam compreendê-las e reagir de formas diferentes perante elas.

Ao aproximar público e atores numa reflexão conjunta sobre a opressão, o TO assume seu papel pedagógico de estímulo à participação e diálogo político (BOAL, 1996). Portanto, o Teatro do Oprimido e o conjunto de técnicas às quais está relacionado, são empregados como métodos de educação popular que contribuem para a compreensão dos indivíduos, contextualização dos fatos sociais e mudanças políticas (TEIXEIRA, 2005).

2.4 - Economia Solidária e Autogestão

O processo de globalização iniciado em meados do século passado redesenhou a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento. Se por um lado a abertura econômica de países como o Brasil, Argentina e México possibilitou o acesso a novas tecnologias e produtos antes exclusivos às nações ditas desenvolvidas, por outro, desencadeou uma série de problemas sociais relacionados ao desemprego.

Perante a necessidade de encarar a concorrência interna e externa, marca inquestionável do neoliberalismo, os capitalistas procuram fortalecer atividades e competências que são lucrativas e eliminar aquelas que não sustentam um retorno sobre o investimento de capital. O aumento do índice de desemprego está relacionado, entre outros fatores, às decisões tomadas pelas empresas de redução de custos, substituição de mão-de-obra por equipamentos modernos, enxugamento de pessoal, encerramento das atividades, terceirização, etc.

Em decorrência dos cortes, muitos trabalhadores são prejudicados por perderem sua única fonte de renda ou por terem seus benefícios reduzidos ou extintos. Nesse contexto, percebe-se a fragilidade dos funcionários, invariavelmente submissos aos rumos determinados pelos capitalistas: mesmo que afetem diretamente a vida dos trabalhadores, as decisões nas empresas são restritas à cúpula gerencial.

Ao perderem seus empregos, muitos indivíduos custam a encontrar uma nova fonte de renda na economia formal. Por não terem uma formação qualificada, exigência cada vez maior nos novos postos de trabalho, estas pessoas ficam à margem do sistema econômico. Muitos deles partem para o mercado de trabalho informal, onde são excluídos da possibilidade de usufruírem direitos trabalhistas tais como férias, aposentadoria, fundo de garantia, etc.

Nas últimas décadas, uma alternativa ao desemprego tem sido a constituição de empreendimentos populares que viabilizem uma fonte de renda às pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho. Uma forma de conduzir estes novos micro-negócios é a autogestão, ou seja, a gestão do empreendimento por todos aqueles que o compõem.

A Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) define autogestão como um modelo de gestão no qual o controle da empresa e as decisões são exercidos pelos trabalhadores. De acordo com a Anteag, eles decidem sobre tudo: metas de produção, participação dos resultados, política de investimento e modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado, etc. Para que o projeto de autogestão dê certo, são necessários alguns parâmetros mínimos (ANTEAG, 1999):

- Democratização das tarefas que envolvam raciocínio – é preciso eliminar qualquer represamento de conhecimento;
- Motivação dos trabalhadores de forma que acreditem no projeto e na inteligência coletiva;
- Viabilidade do projeto e rentabilidade no médio e longo prazo, ou seja, geração de dividendos e lucros;
- Integração da empresa em redes de negócios, transformando a inteligência coletiva no principal patrimônio das empresas autogestionárias;

- Viabilizar a implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão, com o envolvimento e a realização das pessoas. Uma gestão em que haja transparência e democratização das informações, incentivo e contribuição dos trabalhadores; e
- Parceria de trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores, desde que ele tenha dado apoio efetivo a projeto autogestionário.

Outro ponto fundamental para que se realize a autogestão (SINGER, 2002) é o acesso a informações sobre o que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema encontrado.

Heckert (2005) considera que o cooperativismo popular apresenta-se como proposta alternativa de distribuição de poder e renda, representando a gênese da Economia Solidária. Os empreendimentos autogestionários, inseridos no movimento da Economia Solidária, têm, em geral, a figura legal de **cooperativa**, modalidade de associação de pessoa jurídica na qual os sócios investem quotas de capital e têm direito a retiradas das sobras apuradas em determinado período (bem como têm o dever de participar dos prejuízos do negócio). Outra característica importante das cooperativas autogestionárias é a não-separação do *capital* e do *trabalho* já que seus sócios conciliam a gestão do próprio empreendimento com o trabalho operacional da organização.

De acordo com Singer (2002),

> a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. [...] Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Se a cooperativa precisa de diretores, estes serão eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*.

Conduzir um empreendimento à luz da autogestão não é uma tarefa fácil. Ao descrever o exemplo de várias cooperativas que são constituídas por funcionários de fábricas que faliram, Valle (2002) aponta diversos problemas enfrentados pelos novos sócios. Acostumados ao modelo anterior, os cooperados passam por diversos conflitos devido a fatores como a incompreensão do funcionamento de uma cooperativa autogestionária e expectativa de que os problemas no trabalho e no negócio acabam somente pelo fato de que não existe mais subordinação entre os atores da empresa.

Muitos sócios, por sua vez, se sentem inseguros ou mesmo desorientados pelo fato de que terão de perceber com o grupo, sem comando de superior, quais serão as atividades necessárias no trabalho. O risco que eles correm é o de confundir autogestão com falta de tarefas, afinal de contas não é porque não existe a figura do patrão que determina o que deve ser feito que as coisas não deverão ser feitas. Considerando esses problemas, é necessário que as pessoas que atuam na Economia Solidária, que foram formadas no capitalismo, passem por um processo de reeducação.

> Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a Economia Solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, mas apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco (SINGER, 2005).

Nesse sentido, os projetos de extensão realizados por diversas universidades brasileiras, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), promovem intervenções que contribuem para a educação dos indivíduos que estão no processo de construção da autogestão (HECKERT, 2005). Por meio de acompanhamento pedagógico, as ITCPs dialogam com os empreendedores (de fato ou em potencial) para que estes possam com o seu grupo construir projetos que sejam economicamente sustentáveis a longo prazo. Até que haja a maturidade dos empreendimentos (tanto de viabilidade econômica quanto de condução do mesmo) o grupo ficará “incubado” na ITCP sendo acompanhado pelos chamados formadores, estudantes universitários, membros do projeto de extensão.

À medida que os cooperados precisam se preocupar com a manutenção dos negócios em longo prazo e também pelo fato de serem detentores da gestão do empreendimento, é essencial que eles se apropriem da contabilidade no sentido de utilizá-la como base para a gestão.

> A contabilidade, por exemplo, tem por função coletar, processar e inter-relacionar os resultados monetários e não-monetários de todas as atividades da empresa. Há uma contabilidade que se insere no sistema capitalista, em que as informações fluem de baixo para cima e as ordens de cima para baixo. As contas são feitas para que a cúpula-dirigente possa tomar decisões. Outra é a contabilidade que se insere na Economia Solidária, em que é dever dos dirigentes informar à base – o conjunto de trabalhadores – sobre a situação da empresa, para que esse coletivo possa tomar decisões. É a base que dá as diretrizes à administração que ela escolheu e pode substituir quando achar que não está correspondendo (SINGER, 2005).

De acordo com o mesmo autor, é preciso que o ensino da contabilidade a estes grupos seja adaptado. Todos os trabalhadores precisam aprender a contabilidade de modo que esta lhes apresente os resultados de forma transparente e compreensível. Além disso, a forma como é feita a formação em contabilidade para os grupos deve estar de acordo com uma proposta de educação que faça uso de técnicas que propiciem experiências de "[...] ajuda mútua, e de tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros" (SINGER, 2005).

3 - Apresentação da entidade e dos sujeitos da pesquisa

3.1 - Breve histórico da ITCP-USP

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, projeto de extensão universitária desta Instituição de Ensino Superior, trabalha para o desenvolvimento da Economia Solidária, por meio da formação de trabalhadores, estudantes, profissionais e professores para a organização autogestionária e incubação de empreendimentos de ES. Além disso, a ITCP-USP promove e apóia a construção de redes e arranjos políticos, econômicos e culturais para o desenvolvimento local autogestionário, do desenvolvimento de pesquisas na universidade e da mobilização e participação nos fóruns de ES.

Presente na Universidade de São Paulo desde 1998, a ITCP-USP tem origem em um movimento nacional de formação de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares e desde a sua fundação integra a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que hoje abriga incubadoras de outras dezessete universidades em todo o Brasil. Ao longo de sua trajetória, a ITCP-USP firmou parceria com diversos órgãos particulares e públicos (principalmente prefeituras municipais) para a realização de cursos de introdução ao cooperativismo e ES. Uma das mais importantes parcerias já realizadas pela ITCP-USP com o poder público foi a estabelecida com a Prefeitura do Município de São Paulo durante os anos de 2001 a 2004. O projeto intitulado "Oportunidade Solidária" atingiu 1.500 pessoas e proporcionou o acompanhamento de 50 grupos pela ITCP.

Conta atualmente com financiamento da FINEP, dentro do Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC do Governo Federal na condução dos seguintes projetos e acompanhamentos:

- Uma rede solidária e seis empreendimentos na Zona Sul de São Paulo;
- Quatro empreendimentos no entrono no *campus* da USP da região oeste da cidade de São Paulo;
- Realização de núcleos de compras coletivas, projeto de apoio para os grupos de agricultura urbana;
- Projeto Mercado Escola: proposta de disponibilização de crédito e introdução de moeda social num clube de trocas na Zona Sul;

A ITCP-USP trabalha no desenvolvimento de pesquisas, metodologia, formação e práticas em campo. A organização do trabalho de incubação acontece nos Grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinar - GEPEM, que desenvolvem o planejamento das atividades com os grupos e as trocas dos conhecimentos específicos dos formadores que o compõem. Cada GEPEM planeja a incubação de pelo menos dois empreendimentos que são acompanhados por um formador-referência e pelos outros membros do grupo, com suas contribuições específicas.

Outros espaços essenciais da ITCP-USP são as reuniões de formação interna que são semanais e com um tema específico de estudo, o Conselho Orientador, em que são tomadas as principais decisões sobre a atuação da ITCP-USP com a participação de todos os formadores e coordenadores.

As pesquisas são desenvolvidas por três núcleos: o Núcleo de Gestão, que tem como objetivo produzir reflexões sobre o tema e adaptar ferramentas utilizadas tradicionalmente na gestão de empresas capitalistas, visando a sua apropriação por grupos populares; o Núcleo de Redes, que estuda estratégias econômicas voltadas ao desenvolvimento local e produz metodologia voltada para articulação de empreendimentos solidários; e o Núcleo de Incubação, que estuda as características dos grupos incubados, constrói e avalia as estratégias metodológicas adequadas a cada grupo.

Atualmente, a ITCP-USP é composta por 30 formadores, estudantes de graduação, pós-graduação e graduados de diversas áreas de formação.

3.2 - A contabilidade e a formação dos formadores e dos grupos incubados

Desde 1998, a ITCP-USP apóia a constituição de cooperativas populares sem, no entanto, compor uma equipe ou estrutura de assessoria jurídico-contábil que atendesse as demandas profissionais das cooperativas por ela formalizadas. Em oficina realizada em maio de 2005 pelo Núcleo de Gestão, foram apresentados aos formadores alguns problemas de ordem jurídico-contábil enfrentados por cooperativas legalizadas. Isso permitiu que houvesse reflexão acerca responsabilidade da ITCP com relação às demandas legais que recaem sobre os cooperados e as cooperativas que incuba.

Após esta oficina, iniciou-se na ITCP um processo de discussão sobre a constituição de uma estrutura que, em harmonia com os princípios metodológicos da ITCP e da autogestão, respondesse de forma adequada às demandas contábeis das cooperativas. Sendo assim, em maio de 2005, formou-se um núcleo constituído por um contador, com larga experiência no atendimento a cooperativas, e três formadores da ITCP, estudantes de Ciências Contábeis da USP. Este novo espaço, chamado de Colaboratório, teria como propósito dar assessoria e formação contábil aos formadores e aos grupos incubados pela ITCP.

O objetivo geral do Colaboratório, hoje com mais de um ano de existência, é contribuir para a melhoria do desempenho dos empreendimentos de economia solidária por meio da apropriação de ferramentas de gestão pelos cooperados, com ênfase na contabilidade. As atividades do Colaboratório podem ser assim resumidas:

a) **formação** de formadores e cooperados com vistas à organização contábil dos grupos incubados;

b) **pesquisa e desenvolvimento de metodologias e ferramentas** contábeis apropriadas para cooperativas e empreendimentos dentro dos princípios da autogestão;

c) **prestação de assessoria contábil** às cooperativas incubadas, abrangendo as áreas contábil, pessoal e fiscal

d) **sistematização** permanente dos trabalhos para compor material de apoio para os formadores e as cooperativas

4. Cronograma das atividades

De acordo com os prazos estabelecidos pelo departamento, planejou-se executar as seguintes atividades ao longo do período de março a novembro de 2006:

Atividades/ Meses	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									

1. Redação do projeto de pesquisa.
2. Entrega do projeto de pesquisa.
3. Pesquisa e revisão de literatura.
4. Planejamento do estudo de campo.
5. Preparo de materiais do estudo de campo.
6. Realização da oficina na ITCP-USP.
7. Análise, interpretação dos resultados e comparação com a bibliografia.
8. Redação do relatório final.
9. Entrega do relatório final.

5. Referências

ANTEAG. **Autogestão: Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** São Paulo, Anteag, 1999.

BOAL, Augusto. **Teatro Legislativo: Versão Beta.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, José L. F. dos Santos de, CARVALHO, Frederico A. Azevedo de. Atores e Papéis no Ensino da Administração: Estudo de Caso em uma Empresa Júnior. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração, 2004.

_____; FARIA, Alexandre. O Teatro Corporativo e os Espetáculos Estratégicos: Em Busca de um Diálogo Dramatúrgico com Gerentes In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração, 2004.

CRAIG, Russell; AMERNIC, Joel. Roleplaying in a Conflict Resolution Setting: Description and Some Implications for Accounting. **Issues in Accounting Education.** Vol. 9, n. 1, p.28-44. Spring, 1994.

CRUMBLEY, D. Larry; SMITH, Katherine T.; SMITH, L. Murphy. Educational novels and student role-playing: a teaching note. **Accounting Education.** Vol. 7, n. 2, p.183-191, 1998.

FAVARIN, Antonio Marcos. **Didática aplicada ao ensino da contabilidade em nível de 3º grau.** São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 31.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

HASKINS, Mark E.; CRUM, Robert P. Cost Allocations: A Classroom Role-Play in Managerial Behavior and Accounting Choices. **Issues in Accounting Education.** p.109-130, 1985.

HAYES, David C.; REYNOLDS, J. Kenneth. Caroline`s Candy Shop: An In-Class Role-Play of the Revenue Cycle. **Journal of Information Systems.** Vol. 19, n. 1, p.131-154. Spring, 2005.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. Relação universidade e trabalhadores: as ITCPs universitárias. *In:* MELLO, Sylvia Leser de (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais.** São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia.** 3. ed. São Paulo: Harbra, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **O ensino da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NÉRICI, Imidio Giuseppe. **Metodologia do Ensino, uma Introdução**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

PELEIAS, Ivam Ricardo (Org.). **Didática do Ensino da Contabilidade – Aplicável a outros Cursos Superiores.** São Paulo: Saraiva, 2006.

RONCA, A. Carlos Caruso, ESCOBAR, V. Ferreira. **Técnicas pedagógicas: domesticação ou desafio à participação?** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

RUAS, Roberto R. Literatura, Dramatização e Ensino em Administração - uma Experiência de Apropriação de Práticas Teatrais à Formação Gerencial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração, 2004.

SINGER, Paul I. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A Economia Solidária como ato pedagógico. *In:* KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília, INEP, 2005.

SWINK, David F. Role-play your way to learning. **Training & Development**. Vol. 47, n. 5, p.91-97. May, 1993.

TEIXEIRA, Tânia Márcia Baraúna. Dimensões Sócio Educativas do Teatro do Oprimido de Augusto Boal. **Revista Recrearte.** Espanha: [s.n.], v. 4, 2005.

TROTMAN, Ken T.; WRIGHT, Arnold M.; WRIGHT, Sally. Auditor Negotiations: An Examination of the Efficacy of Intervention Methods. **The Accounting Review**. Vol. 80, n. 1, p.349-367. May, 2005.

VALLE, Rogério (Org.). **Autogestão: O que fazer quando as fábricas fecham?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.